

O PROBLEMA DAS CATEGORIAS NAS *CATEGORIAS* DE ARISTÓTELES: UMA ABORDAGEM BASEADA NOS RELATIVOS

Igor Mota Morici¹

RESUMO: O propósito deste artigo é elucidar a noção de categoria tal como figura nas *Categorias* de Aristóteles. Embora tal noção seja central no pensamento de Aristóteles, jamais recebeu em seus textos qualquer definição. Após criticar a influente ideia de que as categorias são gêneros supremos, procuramos explicar o que são as categorias e qual é o papel que desempenham no opúsculo em questão. Através de uma análise dos relativos, caracterizamos a predicação como uma relação, cujos termos são as categorias. Assim, pensamos ter obtido uma chave de leitura para o problema.

Palavras-chave: Aristóteles, categorias, relação, predicação, gêneros supremos

ABSTRACT: The aim of this paper is to clarify the notion of category as it appears in Aristotle's *Categories*. Despite its importance to his thought, Aristotle has never defined it. After a criticism of the influential idea that categories are supreme genera, we seek to explain what Aristotle understands categories to be and what role they are supposed to play in *Categories*. Through an analysis of the relatives, we maintain that the Aristotelian notion of predication falls under the category of relation whose *relata* are the various categories. Thus, we intend to answer the questions we raised by providing an interpretative key based on that analysis.

Keywords: Aristotle, categories, relation, predication, supreme genera

¹ Professor de Filosofia do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET-MG. E-mail: igormotamorici@hotmail.com

Em memória de Renato Zanforlin, pelo texto que poderia ter sido a quatro mãos.

O principal objetivo deste estudo é oferecer uma interpretação consistente do modo de apresentação das categorias na obra *Categorias*, a saber, segundo a enigmática expressão “as coisas ditas sem conexão alguma”². Para tanto, procederemos ao seguinte percurso. Partiremos da apresentação de uma interpretação bastante influente a respeito das categorias aristotélicas, que remonta ao filósofo Plotino (séc. III d.C.), qual seja, a que as concebe como sendo gêneros supremos. A crítica que dirigimos a seguir aos seus aspectos essenciais, com base nas *Categorias*, permitir-nos-á recolocar a questão de saber em que consistem as categorias. Passaremos, então, a analisar mais acuradamente a maneira conforme a qual são introduzidas nesse opúsculo. Nesse ponto, amparados por algumas pistas aí presentes, aventaremos a possibilidade de interpretar a predicação como uma relação (*prós ti*), cujos termos relativos são as diversas categorias. Após um breve exame dos relativos, aplicaremos à predicação todas as notas constitutivas dessa categoria. Por meio desse procedimento, acreditamos, afinal, ter obtido a pretendida clarificação da noção de categoria nesse opúsculo.

1. As categorias entendidas como gêneros supremos

Parece ser um ponto pacífico entre os intérpretes modernos que as categorias se prestam a *classificar* o que quer que seja entendido como objeto dessa classificação. Assim, um dos problemas mais fundamentais acerca da doutrina aristotélica das categorias é o de fixar aquilo que elas classificam. Há uma abundância de interpretações acerca da noção de categoria em Aristóteles. Brakas [1988] (p. 21) agrupa essas interpretações em cinco teses principais, segundo as quais, as categorias classificam: (1) *expressões de sujeito e predicado*³; (2) *sentidos*

² O presente artigo retoma e reproduz de modo sintético os principais resultados alcançados na dissertação de mestrado intitulada *As Categorias de Aristóteles e suas categorias* (UFMG, 2008), sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Rey Puente. Todas as traduções são de nossa responsabilidade. De resto, cumpre-nos advertir o leitor de que seguimos as normas para transliteração de termos e textos gregos adotadas pela Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, salvo pelo fato de assinalarmos as vogais longas sublinhando-as.

³ É, segundo Brakas [1988] (p. 21-22), a tese de Trendelenburg, em *Geschichte der Kategorienlehre* (Berlin: Bethge, 1846), que via uma estrita correspondência das categorias aristotélicas com classes gramaticais. Benveniste [1966] reabilitou essa ideia para sustentar uma tese mais forte: o que podemos dizer delimita e organiza

das expressões de sujeito e predicado⁴; (3) diferentes sentidos da cópula⁵; (4) coisas existentes⁶; e (5) conceitos⁷. Os comentadores endossam uma ou outra dessas teses, seja em sua forma “pura” ou em formulações aproximadas, seja ainda singularmente ou combinações entre elas. A despeito disso, a história dos comentários sobre a doutrina das categorias, assevera Anton [1992] (p. 8), revela um contínuo: a mesma abordagem orientada pela busca de “elementos simples últimos” (*ultimate simples*). Interessa-nos a identificação dessa tendência, na medida em que está vinculada à tese corrente⁸ de que as categorias são, antes de tudo, *gêneros supremos*. Um gênero supremo é aquele acima do qual não pode haver outro gênero superior⁹, e cujos traços essenciais aplicar-se-ão identicamente a todos os entes nele inclusos. Pode-se exemplificar isso com a interpretação de J.L. Ackrill acerca da noção de categoria. Vejamo-la.

o que podemos pensar. Benveniste identifica, nas categorias aristotélicas, particularidades da língua grega. Contra essa posição, pode-se objetar que, embora encontremos substantivos em várias categorias, nem por isso Aristóteles as qualifica como substâncias. Número, justiça e escravo são substantivos, mas são classificados como sendo, respectivamente, quantidade, qualidade e relativo. Ademais, mostrar que os nomes utilizados para designar cada categoria provenham de formas linguísticas preexistentes não implica necessariamente provar que o que se indica com tais nomes são as classes abarcadas por essas mesmas formas. Para Aristóteles, um verbo por si é um nome (*De interpr.* 3, 16b₁₉₋₂₀: *tà rhémata onómata esti*). Nesse quadro linguístico, soa estranha tal qualificação, sobretudo porque, para nós, os nomes são incluídos na classe dos substantivos e na dos adjetivos. Disso decorre o fato de o pensamento aristotélico não estar necessariamente circunscrito ao que sua língua lhe permitiu pensar.

⁴ Brakas [1988] (p. 26) cita L.M. De Rijk, *The Place of the Categories of Being in Aristotle's Philosophy* (Assen: Van Gorcum, 1952) como defensor dessa versão. As categorias são, para De Rijk, uma classificação do real, bem como classificam os termos proposicionais em geral, isto é, os significados dos sujeitos e predicados – os significados das “coisas ditas sem conexão alguma” das *Categorias*. Mas esse autor julga, além disso, que elas classificam os sentidos da cópula.

⁵ De acordo com Mata [2004] (p. 18-20), Otto Apelt, em seu texto “Die Kategorienlehre des Aristoteles” (*Beiträge zur Geschichte der griechischen Philosophie*. Leipzig: Teubner, 1891; p. 101-216), opõe-se à vertente que defende a origem linguística das categorias. Para Apelt, as categorias classificam os conceitos expressos pela cópula. Mas aqui surge um problema, uma vez que, segundo o próprio Aristóteles, o ser ou o não ser por si não são sinais de coisa alguma (*De interpr.* 3, 16b₂₂₋₂₅). Em outras palavras, se a cópula é vazia, as categorias seriam categorias de nada. A solução de Apelt consiste em mostrar que a cópula adquire em si mesma certo sentido e conteúdo ao ser combinada com um predicado qualquer. Não se trata, porém, de dizer que a cópula e o predicado se combinem e que a unidade resultante tem determinado sentido. Na frase “Príamo é velho”, o predicado ‘velho’ faz com que o ‘é’ adquira sentido em si mesmo, a saber, o de ‘é velho’, e não apenas que ‘é’ e ‘velho’ se unem para formar ‘é velho’.

⁶ Cf. Ross [1924] e Ackrill [1963]. Como Aristóteles incluisse nessa classificação os sujeitos das proposições, além de predicados, e não sendo a substância primeira afirmada de nada mais, Ross [1924] (p. lxxxii) assevera que não se trata de uma classificação de predicados. Sob esse aspecto, esta é uma objeção importante a Apelt. Na medida em que são indivíduos, as substâncias primeiras não se enquadram na caracterização das categorias como conceitos expressos pela cópula combinada com predicados. Entretanto, segundo Ross, os próprios nomes das categorias são predicados e constituem os termos mais elevados e amplos que podem ser predicados das coisas classificadas por elas.

⁷ Cf., por exemplo, Brentano [1862].

⁸ Cf., por exemplo, Reis [2006], p. 193 e Zingano [2007], p. 465.

⁹ Cf. Porfírio, *In Cat.*, p. 84, 4-7.

Segundo Ackrill [1963] (p. 78-80), o Estagirita teria chegado à sua lista de categorias observando a linguagem comum, embora a classificação não seja de expressões, mas das *coisas significadas* pelas expressões. Uma maneira de classificar as coisas é a de procurar perguntas que possam ser feitas sobre algo e às quais apenas um conjunto limitado de respostas é satisfatório; por exemplo, uma resposta a ‘onde?’ não será o tipo de resposta apropriada a ‘quando?’ Tais questões incidem sobre uma substância (*ousía*). Destarte, à pergunta ‘onde está Alice?’, deve-se responder algo como ‘Alice está na toca do coelho’, mas não ‘Alice é loira’. Isso explica o fato de várias categorias possuírem o nome na forma interrogativa. Essa classificação tem por objeto *expressões de predicado*, isto é, aquelas que podem preencher a lacuna em uma frase do tipo ‘Alice é . . .’. Por outro lado, em vez dessas questões direcionadas a uma substância, é possível ocupar-se das várias respostas a uma pergunta determinada que pode ser feita sobre qualquer coisa: a questão ‘o que é?’ (*tí esti*). Assim entende-se perguntar a qual espécie, gênero ou gênero superior pertence um indivíduo, espécie ou gênero. Prossequindo com a mesma pergunta sobre a espécie, o gênero ou o gênero superior, obtemos alguns gêneros cuja abrangência é a mais extrema. De sorte que, à indagação ‘o que é esta coisa (por exemplo, um certo homem)?’, responder-se-á ‘um homem’, que, por sua vez, dará ensejo à outra questão ‘o que é homem?’, cuja resposta será ‘um animal’, que, de novo, ocasionará uma outra pergunta, a saber: ‘o que é animal?’, cuja resposta será ‘uma substância’. E substância é, nessa perspectiva, um dos gêneros supremos. Eis o procedimento que nos levaria aos gêneros supremos e irreduzivelmente distintos sob os quais se encontram cada uma das coisas existentes, que constituem as categorias¹⁰. Através disso, classificam-se *expressões de sujeito*, quais sejam, aquelas que podem preencher a lacuna em ‘o que é . . .?’ Os dois modos de agrupar coisas produzem os mesmos resultados, pois que, como afirma Ackrill (p. 80):

o pressuposto de que uma lista determinada de questões contém todas as questões radicalmente diferentes que podem ser respondidas corresponde ao pressuposto de que uma lista determinada de gêneros supremos contém todos os gêneros supremos.¹¹

¹⁰ Cf. Ross [1924], p. lxxxiv-lxxxv.

¹¹ Cornford [1935] (p. 275) expõe a noção de categoria em Aristóteles em termos semelhantes aos de Ackrill. Com isso, pretende afastar (o que seria) uma leitura aristotélica dos assim chamados ‘gêneros supremos’ de Platão (*Sofista*, 254d₄: *mégista* [...] *tôn genôn*). Cornford declara ainda que a expressão platônica é erroneamente traduzida por “gêneros supremos” justamente por não serem ‘supremos’, traço que considera essencial às categorias aristotélicas. Constatamos, não obstante, que essa leitura tem raízes em Plotino (séc. III d.C.), que,

Aparecem, nesse relato, três aspectos que se encontram, em geral, associados à tese citada anteriormente e que pretendemos contestar, a saber: (i) a impossibilidade de as categorias serem definidas, haja vista o fato de serem gêneros supremos; (ii) a irredutibilidade de um gênero a outro, isto é, não é possível que um gênero se sobreponha a outro; (iii) a exaustividade da lista categorial (as categorias seriam somente dez). Verificam-se, com efeito, indícios no *Corpus aristotelicum* que abonam essas ideias. Cumpre observar, primeiramente, que Aristóteles reporta-se às categorias por meio do termo “gênero” (*génos*)¹². Nesse sentido, Ross [1924] (p. lxxxiv) afirma que:

a expressão *tà skhémata* (ou *tà géne*) *tôn kategoriôn* (ou *tês kategorías*) enfatiza o fato de que as categorias são os tipos ou classes mais altos sob os quais todos os predicados se encontram.

A favor do *caráter indefinível* das categorias, poder-se-ia argumentar que uma definição se dá pela menção do gênero a que pertence o *definiendum* acompanhado de sua diferença específica¹³, de sorte que, em não havendo gênero acima das categorias, é impossível defini-las. Aristóteles, todavia, apresenta uma “definição” (8a_{29, 33}: *horismós*) dos relativos nas *Categorias*. Uma saída para o que seria uma aparente inconsistência é afirmar que se trata de um sentido fraco de definição. Em seu comentário às *Categorias*, Porfírio de Tiro (séc. III d.C.) recorre à oposição (estoica) entre *descrição* (*hypographé*) e *definição* (*horismós*), declarando se tratar apenas de uma *descrição* dos relativos nesse caso¹⁴. E, embora desempenhe papel central nas reflexões do Estagirita, a própria noção de categoria jamais recebeu em seus textos qualquer explanação mais detida. A principal motivação para o ‘problema das categorias’ no pensamento aristotélico é, aliás, justamente essa “omissão”. Razão pela qual sempre esteve aberta às mais variadas interpretações.

fazendo supremos os gêneros platônicos, projeta essa “supremacia” nas categorias de Aristóteles. Sua crítica das categorias aristotélicas que consta em *Enéadas* VI 1, 1-24 ampara-se na carência de algo comum que teria de existir em tudo que se encontra sob um determinado gênero do ser. Uma apreciação mais acurada, por exemplo, de *Cat.* 8 e *Metafísica* V 14 (ambos sobre a categoria da qualidade) deixam claro que, de fato, não se verifica isso nas categorias aristotélicas.

¹² Cf. *Cat.* 8, 11a₃₇₋₃₈; 10, 11b₁₅; *Tópicos* I 9, 103b₂₀₋₂₁; *De an.* I 1, 402a₂₃₋₂₅; II 1, 412a₆; *An. post.* I 22, 83b₁₅₋₁₇; 32, 88b₁₋₃; II 13, 96b₁₉₋₂₀; *Física* I 6, 189a₁₄; 189b₂₃₋₂₄; V 4, 227b₄₋₆; *Metafísica* V 6, 1016b₃₁₋₃₄; X 3, 1054b₂₇₋₃₁.

¹³ Em *Tópicos* I 8, 103b₁₅₋₁₆, lê-se: “a definição (*horismós*) é <constituída> de um gênero e de diferenças.”

¹⁴ *In Cat.*, p. 111, 21-29; veja-se também, sobre esse par de conceitos, *In Cat.*, p. 60, 15-21.

Quanto à suposta *irreduzibilidade* de um gênero a outro, ou ainda, a impossibilidade de uma mesma coisa pertencer a categorias distintas, basta constatar as discussões de casos litigiosos, em várias passagens dos capítulos concernentes às próprias categorias no opúsculo *Categorias*, que tenderiam a uma espécie de sobreposição categorial, ligados, particularmente, à categoria dos relativos¹⁵. Sobreposição cuja invalidade Aristóteles se empenha em tornar patente. A título de ilustração, consideremos *Cat.* 6, 5b₁₁₋₂₉: tendo negado que haja contrariedade entre quantidades (não há coisa alguma que seja contrária, por exemplo, ao número 5), o Estagirita analisa o caso em que ‘muito’ é tomado como sendo contrário a ‘pouco’ – por *parecerem* quantidades. Nessa análise, vemos que nada é dito muito ou pouco em si mesmo, mas sempre tendo algo diverso como referência, o que faz de ‘muito’ e ‘pouco’ *relativos*.

Finalmente, a propósito da *exaustividade* e completude do quadro das categorias, há, pelo menos, duas passagens que viriam a aboná-las. Aristóteles, nos *Tópicos*, assevera serem dez os gêneros das categorias¹⁶. E, no primeiro livro dos *Segundos Analíticos*, os gêneros das categorias são considerados limitados¹⁷.

2. Crítica aos três aspectos das categorias como gêneros supremos

Voltemos à descrição de Ackrill. A generalização crescente a que alude esse autor supõe o que se convencionou chamar “regra da transitividade”:

Quando uma coisa é predicada de outra como de um sujeito, tudo quanto é dito do que é predicado, também será dito do sujeito; por exemplo, homem é predicado de um certo homem, e o animal <é dito> de homem; portanto, o animal será predicado também de um certo homem. Um certo homem é, com efeito, homem e animal. (*Cat.* 3, 1b₁₀₋₁₅)

¹⁵ Cf. Idefonse & Lallot [2002], p. 162-178.

¹⁶ *Tópicos* I 9, 103b₂₁₋₂₇: *ésti dê taûta tôn arithmôn déka*; e, ainda, *Cat.* 4, 1b₂₆₋₂₇, únicas passagens do *Corpus* a enumerar dez categorias.

¹⁷ *An. post.* I 22, 83b₁₅₋₁₆: *tâ géne tôn kategoriôn pepérantai*. Cf., sobre essa passagem, Angioni [2006], p. 130-131.

Podemos formalizá-la do seguinte modo: para todo x , y e z , se x é dito de y e y é dito de z , então x é dito de z . Um argumento presente nas *Categorias* (e também nos *Tópicos*¹⁸), porém, incompatibiliza essa regra com a noção de categoria entendida como gênero supremo:

E não devemos perturbar-nos caso, tendo feito a exposição sobre qualidade, alguém diga termos ajuntado à enumeração muitos relativos, uma vez que os estados habituais e as disposições são relativos. Com efeito, em quase todos os casos desse tipo, os gêneros são ditos em relação a alguma coisa, mas nenhum dos singulares o é. Pois a ciência, que é um gênero, é dita ser ela mesma precisamente o que é de uma coisa diversa, visto que ciência é dita de alguma coisa; ao passo que nenhum dos singulares é dito ele mesmo precisamente o que é de uma coisa diversa – por exemplo, a gramática não é dita gramática de alguma coisa, nem a música, música de alguma coisa. Mas se o são, é segundo o gênero que estas também são ditas em relação a alguma coisa; por exemplo, a gramática é dita ciência de alguma coisa, não gramática de alguma coisa, e a música, ciência de alguma coisa, não música de alguma coisa. Consequentemente, as <ciências> singulares não são relativos. (*Cat.* 8, 11a₂₀₋₃₂)

O argumento destitui, muito claramente, o *caráter supremo* de uma das categorias ao mostrar que aquilo que seria o gênero máximo de uma espécie justamente não funciona como tal. Ou seja: relativo é dito de ciência, ciência é dito de gramática, mas relativo não é dito de gramática. Observe-se que ciência, sendo um relativo, requer uma determinação que advém do domínio da realidade a que se aplica, pois a ciência é sempre ciência *de* alguma coisa; ao passo que a gramática não demanda tal determinação¹⁹. Duas saídas, ao menos, se impõem: abandonar a regra da transitividade ou a leitura das categorias como gêneros supremos. Por um lado, como diz Rohr [1978] (p. 384), temos testemunhos suficientes do uso da regra por Aristóteles para não rejeitá-la²⁰. Há, por outro lado, duas alusões às categorias através de *gêneros* nas *Categorias*. A primeira delas, que aparece na sequência da última passagem citada, depõe contra a ideia de que as categorias seriam gêneros supremos irreduzíveis uns aos outros:

Ademais, se acontece a uma mesma coisa ser um qual e um relativo, não é absurdo que ela seja enumerada em ambos os gêneros (*oudèn átopon en amphotérois toís génesin autò katarithmeísthai*). (*Cat.* 8, 11a₃₇₋₃₈)

¹⁸ Cf. *Tópicos* IV 4, 124b₁₅₋₁₉.

¹⁹ Cf. Morales [1994], p. 265.

²⁰ A regra é bem atestada sob duas formas: enunciada explicitamente (*Cat.* 3, 1b₁₀₋₁₅; 5, 3b₄₋₅; *An. post.* II 4, 91a₁₈₋₂₁) e em princípios que a envolvem ou se baseiam nela (*Tópicos* IV 2, 122a₃₁₋₃₄; 122b₇₋₁₀).

A possibilidade de inclusão de uma coisa em duas categorias distintas sucede porque tal coisa efetivamente pertence a ambas, sem que se trate de erro categorial – para usar a expressão de Gilbert Ryle. A outra ocorrência, que se acha no décimo capítulo, em 11b₁₅, refere-se às quatro categorias analisadas no opúsculo. Nesse contexto, *gênos* não nos parece ter o sentido de “gênero” na acepção forte, em contraposição à espécie (*eîdos*) a que pertence um ente. Supomos que ‘gênero’ queira dizer aí algo mais vago como “tipo de coisa”.

Contra o juízo de que as categorias, sendo gêneros supremos, permanecem indefiníveis, Aristóteles propõe o que podemos rigorosamente denominar *definição* dos relativos. Não apenas pela ocorrência do vocábulo *horismós*²¹, mas, *a fortiori*, devido à ideia que ele veicula. Relativos são, nos dizeres do Estagirita, “as coisas para as quais o ser é o mesmo que estar em relação a alguma coisa de algum modo.”²²

Ora, temos, nessa definição, a fórmula da essência de algo: *tò eînai* + dativo (o ser para algo)²³ – o que reforça ainda mais seu caráter definicional. Ademais, numa formulação similar em *Tópicos* VI 8, 146b₃₋₄, Aristóteles serve-se da expressão “a essência de todo relativo” (*pantòs toû prós ti hē ousía*) para se referir à sua definição: “o ser para cada um dos relativos era precisamente o mesmo que estar em relação a alguma coisa de algum modo” (*tautòn ên hékastoi tòn prós ti tò eînai hóper tò prós tí pos ékhein*)²⁴.

De resto, a afirmação de que o número de categorias é limitado não compromete Aristóteles com a pretensão de esgotá-lo em dez²⁵. Pensamos, pelo contrário, que a recorrente abreviatura da lista de categorias²⁶ sugere a falta de sistematicidade nesse sentido. Os pontos que julgamos serem fundamentais e inequívocos dessas enumerações são: a distinção entre substância e entes não substanciais e o fato de o que quer que seja algo no mundo (i.e. um ente) ter de pertencer a alguma categoria. Diante de tais considerações, como compreender a noção de categoria?

²¹ *Cat.* 7, 8a_{29, 33}: *horismós*.

²² *Cat.* 7, 8a₃₁₋₃₂: *ésti tà prós ti hoîs tò eînai tautón esti tîi prós ti pos ékhein*.

²³ A respeito dessa noção, veja-se *Metafísica* VII 4, 1029b₁₃₋₁₆.

²⁴ Note-se ainda o paralelismo entre as expressões “*tautòn ên hékastoi tòn prós ti tò eînai*” e “*tò tí ên eînai*”, acentuado pelo emprego do verbo *eimí* no tempo imperfeito na primeira.

²⁵ Cf. as passagens *An. post.* I 22, 83b₁₅₋₁₆ e *Tópicos* I 9, 103b₂₁₋₂₇ mencionadas anteriormente.

²⁶ Ver Bonitz [1870], s.v. *katēgoría*.

3. As coisas ditas segundo uma conexão ou sem conexão alguma

O quarto capítulo das *Categorias* delinea as categorias do seguinte modo:

Cada uma das coisas ditas sem conexão alguma (*tôn katà medemían symplokên legoménon hékaston*) indica seja uma substância, ou um quanto, ou um qual, ou um relativo, ou um onde, ou um quando, ou um jazer, ou um ter, ou um fazer, ou um ser afetado. (*Cat.* 4, 1b₂₅₋₂₇)

Uma estranheza nessa enumeração é que, a prescindir das coisas listadas, nada há nesse capítulo que nos remeta expressamente às categorias aristotélicas. O Estagirita recorre aí a uma terminologia introduzida há poucas páginas, sendo necessário passá-la em revista. Aristóteles inicia o segundo capítulo das *Categorias* distinguindo, entre as coisas ditas, as que são ditas segundo uma conexão daquelas que o são sem conexão (*Cat.* 2, 1a₁₆₋₁₇: *tôn legoménon tà mèn katà symplokên légetai, tà dè áneu symplokês*). Frases como “um homem corre” e “um homem vence” constituem exemplos das primeiras, mas termos como “homem”, “boi”, “corre”, “vence” ilustram as últimas. Logo na primeira linha desse capítulo há um dado que pensamos demandar explicação, a saber, Aristóteles afirma que as coisas ditas sem conexão *são ditas* (1a₁₆: *légetai*) – supondo que se trate de uma elipse desse verbo na linha subsequente. Porfírio parece tê-lo considerado. Segundo esse exegeta, falamos sem conexão quando dizemos “Sócrates” e depois “Platão”, ou então “corre” e depois “vence”²⁷. Em outras palavras, tratar-se-ia de um mero proferimento de palavras em sequência sem que houvesse qualquer conectivo que as colocasse em conjunção. Seria, porém, este o fato visado pelo Estagirita? Se o fosse, não se entenderia por que um único termo como *káthetai*, “<alguém> está sentado”, pode ser uma *afirmação*:

O <que se encontra> sob a afirmação ou sob a negação, porém, não é de modo algum uma afirmação ou uma negação (*katáphasis kai apóphasis*). Com efeito, a afirmação é uma frase (*lógos*) afirmativa e a negação, uma frase negativa, mas nenhuma das coisas <que se encontram> sob a afirmação ou sob a negação é frase. Essas coisas, contudo, também são ditas se oporem umas às outras da mesma maneira que a afirmação e a negação. Com efeito, nesses casos também, o modo de oposição é o mesmo, pois, como <sucede> quando a afirmação se opõe à negação – por exemplo, a frase ‘<alguém> está sentado’ (*káthetai*) à frase ‘<alguém> não está sentado’ (*ou káthetai*) –, da mesma maneira também as coisas <que se encontram> sob uma e outra se

²⁷ In *Cat.*, p. 71, 10-11: *áneu dè symplokês eípoumen àn ‘Socrátes’, eíta pálin ‘Plátōn’, è hoútōs ‘trékhei’, eíta pálin ‘nikái’*.

opõem – <como> o fato de <alguém> estar sentado (*tò kathêsthai*) ao fato de não estar sentado (*mè kathêsthai*). (*Cat.* 10, 12b₅₋₁₆)

Nesse passo, recorre-se a *káthetai* para exemplificar uma afirmação, e, portanto, algo dito segundo uma conexão. Em *Cat.* 2, 2a₃, entretanto, *káthetai* ilustra algo dito sem conexão, a saber, um *jazer* (*keîsthai*). Assim, cabe-nos perguntar: de que modo essas coisas *são ditas* sem conexão? E em que consiste exatamente a *conexão* de tais coisas? As respostas a essas questões serão decisivas para entendermos as categorias tal como figuram nas *Categorias*, uma vez que são introduzidas nesse opúsculo como sendo o que cada uma das coisas ditas sem conexão *indica* (*Cat.* 4, 1b₂₆: *semaínei*).

A presença da conexão não se dá sem mais. Ou seja, não se trata de um simples conectivo que une algumas palavras. A julgar pelos exemplos dados por Aristóteles, são excluídas “conexões” do tipo ‘Platão e Sócrates’ ou ‘corre e vence’, ou mesmo do tipo ‘homem branco’, que figura numa passagem do *Da Interpretação* como nome complexo²⁸. Ademais, os exemplos fornecidos para a categoria ‘onde’ são sintagmas adverbiais: ‘no Liceu’ e ‘na ágora’ (*Cat.* 4, 2a₁₋₂: *en Lykeíoi, en agorâi*). Quer isto dizer que Aristóteles tem em mente uma conexão determinada, e não uma conexão *tout court*²⁹. Depois de ter exemplificado cada uma das categorias, o Estagirita prossegue dizendo que nenhuma das coisas ditas sem conexão é

²⁸ Diversamente do que sugere Ackrill [1963] (p. 73), para quem “homem branco” é uma expressão que envolve conexão, dado ser “homem” uma substância e “branco” um qual. Não nos parece ser o caso, uma vez que em *De interpr.* 2, 16a₂₂₋₂₄, Aristóteles deixa entender que “belo cavalo” (*kalòs híppos*) está entre os nomes complexos (16a₂₄: *peplegménois*), mas não cita exemplos desse tipo nas *Categorias*. Ademais, um nome complexo enquanto tal não é passível de ser verdadeiro ou falso, pois nenhuma de suas partes – observa Aristóteles – significa algo em separado. O nome “homem branco” pode se aplicar a alguém, digamos, como apelido (que é uma convenção entre conhecidos), ainda que essa pessoa tenha se submetido a um processo de bronzeamento artificial deixando de ser branca. De fato, esse nome não constitui uma afirmação. Parafraseando *De an.* III 3, 427b₂₀₋₂₁, os nomes dependem de nós por serem fruto de uma convenção, mas não a asserção, por ser necessariamente passível de verdade ou falsidade.

²⁹ Ancorado em *Tópicos* VI 11, 148b₂₃, Bodéüs [2001] (p. 77, n. 9) argumenta que a conexão em questão nas *Categorias* não é uma que se estabeleça no e pelo discurso, mas uma ligação existente entre coisas simples que vem a constituir as coisas compostas. Desse ponto de vista, as coisas ditas (*legómena*) não designam formas de discurso (a asserção e a palavra), conforme se verifique ou não o estabelecimento de uma conexão. Tratar-se-ia de discriminar, em função do discurso, dois aspectos do real, quais sejam, o simples e o complexo. A partir disso, Bodéüs sugere ainda que algumas unidades significativas do discurso teriam a propriedade de decompor a complexidade do real fazendo conhecer os entes simples que o constituem. Todavia, não é esta a distinção operada por Aristóteles a propósito dos *legómena*. Em *Cat.* 4, 1b₂₈, Aristóteles exemplifica as coisas ditas sem conexão que indicam substância mencionando “homem” e “cavalo”, que são substâncias segundas. Sendo ditas sem conexão, portanto, as substâncias segundas revelam substâncias primeiras, ou seja, *indivíduos*, entes ontologicamente complexos (cf. *Cat.* 5, 2b₃₀₋₃₁).

verdadeira ou falsa³⁰. Ora, esse aspecto permite-nos responder à supracitada indagação acerca do que seria essa conexão presente nas *Categorias*: é a *predicação*, isto é, a atribuição de um predicado a um sujeito. Nos termos da *Poética*³¹, trata-se de uma “figura da linguagem” bem caracterizada: a *asserção* (*apóphansis*), cujas modalidades são a afirmação e a negação³². Voltemo-nos, agora, para a outra questão: sob que condições ‘as coisas ditas sem conexão’ são ditas, uma vez que elas o são sem que, no entanto, isso constitua uma asserção?

Disporemos de uma tese cujas consequências nos descortinam outro horizonte de compreensão para a noção aristotélica de categoria, qual seja, a de que os termos da predicação pertencem à categoria dos relativos. Assentamos sua razoabilidade sobre alguns indícios encontráveis nas *Categorias*. Segundo Aristóteles:

cada uma das coisas mencionadas por si mesma (*autò mèn kath'hautò*) não é dita em nenhuma afirmação, mas é pela conexão delas umas em relação às outras (*têi dè pròs állela touúton symplokêi*) que uma afirmação é produzida. (*Cat.* 4, 2a₄₋₇)

Do ponto de vista gramatical, o que evidencia a oposição entre essas duas orações é o emprego das partículas *mén... dé...*, ao lado das quais aparecem, respectivamente, *kath'hautó* (‘por si’) e *pròs állela* (‘umas em relação às outras’). Pensamos que essa oposição não é gratuita, visto que Aristóteles qualifica a conexão focada com o seu auxílio: a conexão das categorias não se dá sem mais, mas umas *em relação às* outras³³. Em outras palavras, os termos da predicação seriam relativos no sentido “técnico”, a saber, como *prós ti*³⁴. Aristóteles estava, de fato, ciente do sentido filosófico que podia conferir à preposição *prós* (‘em relação a’). Prova disso é que, apesar de o escravo ser dito escravo *de* um senhor (6b₂₉: *ho doûlos despótu*), isso não impede o Estagirita de afirmar de maneira mais geral que o escravo é dito *em relação a* um senhor (7a₃₄₋₃₅: *ho doûlos èn pròs despóten légetai*). E, em *Cat.* 10, 11b₃₄, após ter apresentado

³⁰ *Cat.* 4, 2a₄₋₇.

³¹ Cf. *Poética* 19, 1456b₁₀: *tà skhémata tês léxeos*.

³² Cf. *De interpr.* 5, 17a₈₋₉. Assim, contrariamente ao que pensa Bodéüs [2001] (p. 87, n. 9), o dito ‘amputemos esse cavalo ferido’ não é algo dito em conexão, pois isso é um pedido (ou uma ordem) e, segundo *De interpr.* 4, 17a₄, “o pedido é certamente uma frase (*lógos*), mas que não é verdadeira nem falsa”.

³³ Nesse sentido, é digno de nota que, embora não faça menção desse sintagma ao comentar as linhas 2a₆₋₇ das *Categorias*, Porfírio sintá necessariamente de qualificar a conexão: “porque nenhuma categoria por si é uma afirmação, mas é pela conexão de certo tipo (*têi poiâi symplokêi*) que uma afirmação é produzida” (*In Cat.*, p. 87, 31-32).

³⁴ Agradecemos ao Prof. Cláudio W. Veloso a sugestão dessa ideia, embora não saibamos se aprovaria a continuação que lhe demos.

os opostos relativos, Aristóteles passa à consideração dos opostos contrários. Nesse ponto, ele nos diz que os opostos contrários não são de modo algum ditos serem o que são uns *em relação aos outros* (*pròs állela*), mas são, diferentemente, ditos contrários *uns dos outros* (*allélon*). A caracterização dos contrários é estabelecida, portanto, pela ausência de relação, assinalada por *prós*. Passemos agora a uma breve exposição dos relativos, para, em seguida, aplicarmos suas notas aos termos da predicação.

4. Os relativos em *Categorias 7* e a predicação: uma solução para o problema das categorias

O sétimo capítulo das *Categorias* versa sobre os *relativos* (*tà prós ti*), que são termos cujo sentido de per si demanda uma referência a outra coisa. O dobro, por exemplo, é dito dobro *de* algo. Assim, palavras como ‘maior’ e ‘dobro’ correspondem a predicados relacionais, respectivamente, ‘é maior do que’ e ‘é o dobro de’. “Helena é maior” exige uma complementação para ter sentido: maior do que *o quê?*³⁵ Todos os relativos são ditos em relação a termos substituíveis, garantindo a reciprocidade da relação, de tal sorte que o escravo é dito escravo de um senhor e o senhor, senhor de um escravo³⁶. Dizer que *A* e *B* são recíprocos, nesse sentido, equivale a dizer que ‘*x* é *A* de (para, do que, etc) *y*’ implica ‘*y* é *B* de *x*’ e ‘*y* é *B* de *x*’ implica ‘*x* é *A* de *y*’³⁷. Aristóteles afirma ainda que a maior parte dos relativos são simultâneos por natureza (*phýsei*)³⁸. E, segundo o Estagirita, são simultâneas por natureza:

todas as coisas que são recíprocas segundo o acompanhamento do ser (*hósa antistrépheî mèn katà tèn toû eînai akolouthésin*), sem que uma seja, de modo algum, responsável pelo ser da outra; por exemplo, o caso do dobro e da metade: pois essas coisas são recíprocas – uma vez que, havendo dobro, há metade, e havendo metade, há dobro –, mas nenhuma é responsável pelo ser da outra. (*Cat.* 10, 14b₂₇₋₃₃)

O Estagirita apresenta, finalmente, uma definição dos relativos: “as coisas para as quais o ser é o mesmo que estar em relação a alguma coisa de algum modo”³⁹. E, como corolário

³⁵ Admitindo-se que o contexto não deixe claro que Helena é maior que Astolfo, por exemplo.

³⁶ Cf. *Cat.* 7, 6b_{28-7b14}.

³⁷ Cf. Ackrill [1963], p. 100.

³⁸ Cf. *Cat.* 7, 7b_{15-8a12}.

³⁹ *Cat.* 7, 8a₃₁₋₃₂: *ésti tà prós ti hoîs tò eînai tautón esti tîi prós ti pōs êkhein.*

dessa definição, declara ser “manifestamente necessário que, caso alguém saiba de modo determinado (*hōrisménos*) que isto é um relativo, saiba também de modo determinado aquilo em relação a que é dito”⁴⁰.

Mas há problemas em torno ao que seja “saber de modo determinado” (8b₁₅: *hōrisménos eidénai*). Como devemos entender essa frase? Saber (ou conhecer) de modo determinado um dos relativos é identificá-lo precisamente como tal? É ser capaz de defini-lo? Um relativo envolve a existência de, pelo menos, duas coisas subjacentes que tomam parte na relação relevante. A título de ilustração, pensemos em ‘Esopo é escravo [de Fulano, seu senhor].’ Morales [1994] (p. 261) argumenta que há uma indeterminação (*indefiniteness*) peculiar aos atributos relacionais e, com base nisso, é estipulado o critério para o seu reconhecimento. A indeterminação é o fato de os termos relativos serem intrinsecamente lacunares: o que eles são depende forçosamente da referência a outras coisas (x é R de y). A cor verde enquanto tal, que é uma qualidade, não supõe essa referência (x é Q). Qual é a extensão do conhecimento necessário da coisa de que o relativo é tal? O autor assevera que o conhecimento exigido varia em cada caso, a depender do *sentido* do termo relacional envolvido. Destarte, essa coisa conta como correlata, em primeiro lugar, se ela existe, e, em segundo lugar, se ela satisfaz certas condições impostas pelo sentido do termo relacional.

Apliquemos, agora, esses traços às coisas ditas em conexão *umas em relação às outras*. Os termos através dos quais essa relação se dá são os seguintes: o sujeito é sujeito *para* um predicado e o predicado é predicado *de* um sujeito. É o que se pode inferir desta passagem:

As substâncias primeiras, pelo fato de serem sujeito (*hypokeîsthai*) para todas as outras coisas, são chamadas mais propriamente substâncias. E precisamente como as substâncias primeiras estão em relação a todas as outras coisas (*prós tà álla pánta ékhousin*), assim também as espécies e os gêneros das substâncias primeiras estão em relação a todo o resto (*prós tà loipà pánta ékhein*): pois todo o resto é predicado (*kategoreîtai*) dessas coisas. (*Cat.* 5, 2b₃₇-3a₄)

A estrutura gramatical utilizada para exprimir as relações existentes entre as coisas envolvidas nessa passagem é a seguinte: *prós* + acusativo + *ékhein*. Essa estrutura corresponde ao ser dos relativos⁴¹. O que unifica a relação da substância primeira às demais coisas, de um

⁴⁰ *Cat.* 7, 8b₁₃₋₁₅.

⁴¹ *Cat.* 7, 8a₃₂: *prós ti pōs ékhein*.

lado, e a das substâncias segundas ao restante, de outro, é que tudo é predicado delas. Eis, pois, um dos termos da relação, o *predicado*. Termo de per si insuficiente para caracterizar a relação, dado que é necessário haver uma reciprocidade entre os termos. Se algo é predicado de algo, o último algo não o é reciprocamente. As ocorrências do verbo *hypokeîsthai*, “ser sujeito” (2b₁₅, 19, 38), deixam entrever que o *sujeito* é de fato o outro termo da relação.

Parece-nos que sujeito e predicado são simultâneos no sentido explicitado acima: havendo predicado, há sujeito e havendo sujeito, há predicado. Dado que uma predicação é dita ser verdadeira ou falsa, em virtude de as coisas serem ou não⁴²; sendo falsa a atribuição de um predicado a um sujeito, a relação entre ambos é inviabilizada. O que pensamos ser compatível com *Cat.* 10, 13b₂₇₋₃₃:

Mas, no caso da afirmação e da negação, quer <o sujeito> exista quer não exista, uma <frase> sempre será falsa e a outra, verdadeira. Com efeito, <no caso das frases> ‘Sócrates está doente’ e ‘Sócrates não está doente’, se ele existe, manifestamente uma delas será verdadeira ou falsa, e se ele não existir, semelhantemente. Pois, se ele não existe, <a frase> ‘ele está doente’ será falsa, mas ‘ele não está doente’ será verdadeira.

Quando não há sujeito, não há predicado. De sorte que se não há Sócrates, não há relação possível de ser estabelecida entre ele e um predicado qualquer. Por isso, a asserção negativa a propósito de Sócrates é verdadeira.

O corolário decorrente da definição dos relativos aplicado à predicação traz a consequência mais importante para nossos propósitos: saber que *y* é predicado de *x* tem como condição necessária saber de modo determinado o que é *x*. E, uma vez que só as substâncias podem ser sujeitos, saber de modo determinado o que é *x* é, nesse caso, saber que *x* é uma substância. Assim, para que *y* seja predicado de *x*, é necessário que (i) *x* seja uma substância; (ii) saiba-se de modo determinado aquilo de que *y* é predicado, isto é, saber que *x* é uma substância; e (iii) *y* seja um ente não substancial. A condição (ii) pode ser satisfeita com o auxílio do proferimento do gênero ou espécie do ente em questão, tal como ocorre no nono capítulo do primeiro livro dos *Tópicos*:

Quem indica o ‘o que é’ (*ho tò tí esti semáinon*) indica, às vezes, uma substância, mas, às vezes, um qual, às vezes, alguma das outras categorias. Com efeito, quando de um homem exposto (*ekkeiménou*) <alguém> enuncia

⁴² Cf. *Cat.* 5, 4b₈₋₁₀.

(*phêi*) que o exposto é um homem ou um animal, diz (*légei*) o que é e indica uma substância. Ao passo que, quando de uma cor branca exposta <alguém> enuncia (*phêi*) que o exposto é branco ou uma cor, diz o que é e indica um qual. E semelhantemente também se de uma grandeza exposta de um côvado <alguém> enuncia (*phêi*) que o exposto é de um côvado ou é uma grandeza, dirá o que é e indica um quanto. E semelhantemente também nos outros casos. (*Tópicos* I 9, 103b₂₇₋₃₅)

A situação parece ser a mesma descrita em *Tópicos* I 5, 102a₃₂₋₃₆: dois falantes em presença de algo que se mostra a um deles como indeterminado, razão por que este questiona o que tem diante de si (102a₃₄: *tí esti tò prokeímenon*). Ora, presumimos que “quem indica o ‘o que é’” é um falante que responde à questão “o que é <isto>?”⁴³ Repare-se que o que é enunciado como resposta não são as categorias elas mesmas⁴⁴ – o que afasta a ideia de que as categorias seriam os predicados mais genéricos a que poderíamos ser conduzidos numa série de respostas cada vez mais abrangentes a respeito de um dado indivíduo. As categorias são, por seu turno, *indicadas* pelo que é *enunciado* sobre a coisa exposta, isto é, seu gênero ou sua espécie. Aqui emerge a pretendida solução para ao fato de as coisas ditas sem conexão serem *ditas*. Tais coisas serão proferidas em resposta ao falante que almeja saber o que é a coisa exposta (*ekkeímenon*), quando não tem clareza do que ela é⁴⁵. Não nos parecem ser outras as condições sob as quais as coisas ditas sem conexão são ditas. Lê-se em *Cat.* 5, 2b₃₁₋₃₆:

Com efeito, se alguém fosse explicar o que é (*eàn apodidôi tis tí estin*) um certo homem, responderia adequadamente pela espécie ou pelo gênero; e <o> faria mais conhecido (*gnorimóteron poiései*) respondendo ‘homem’ do que ‘animal’. Ao passo que se alguém fosse explicar com alguma das outras coisas, teria respondido de modo inadequado; por exemplo, respondendo ‘branco’ ou ‘corre’ ou quaisquer coisas desse tipo.

De fato, o enunciado da espécie ou do gênero de um indivíduo é que *faz conhecer* de que tipo de ente se trata, como é o caso, por exemplo, das substâncias segundas em relação à substância primeira:

Mas, no caso das substâncias segundas, decerto parecem, pela figura da designação, indicar semelhantemente um certo isto, quando <alguém> diz (*eípei*) ‘homem’ ou ‘animal’. No entanto, isso não é verdadeiro, mas indicam

⁴³ Veloso [2004] (p. 603) observa que “o *tí estin* subentende uma coisa não bem determinada da qual se pergunta o que é. O que é *o quê?*, diríamos nós. A fórmula grega omite um ‘isto’ cujo subentendimento é indispensável para a compreensão da pergunta.”

⁴⁴ Pace Ross [1924], p. lxxxiv: “os nomes das categorias podem ser adequadamente chamados de ‘predicados’.”

⁴⁵ Cf. Veloso [2000], p. 168.

antes um certo qual (*poiôn ti semáinein*), pois o sujeito não é um como a substância primeira, mas o homem e o animal são ditos de muitas coisas. Não indicam, porém, um certo qual de modo simples (*haplôs*), como <o faz> o branco. Pois o branco nada indica de outro que um qual, mas a espécie e o gênero determinam (*aphorízei*) o qual a respeito de uma substância, uma vez que indicam de que tipo é uma certa substância (*poiân gár tina ousían semáinei*). E a determinação (*tòn aphorismòn*) que é produzida é mais ampla pelo gênero do que pela espécie, pois quem profere ‘animal’ (*ho gâr zôion eipòn*) abarca mais coisas do que quem profere ‘homem’. (*Cat.* 5, 3b₁₃₋₂₃)

Aristóteles explicita aqui que, entre as duas coisas que podem ser enunciadas para efetuar essa determinação – gênero ou espécie –, uma o faz de modo mais extenso que a outra. Pressupõe-se tal determinação para a realização de uma predicação, porquanto para que algo seja predicado de alguma coisa, é forçoso saber de modo determinado do que é que se está a predicar esse algo. O que equivale a saber que tal coisa é uma substância, o único ente apto a ser sujeito nessa relação. Nesse sentido, julgamos plausível a ideia de que as coisas ditas sem conexão são, por assim dizer, anteriores à predicação. Tendo como fio condutor uma análise dos relativos, chegamos ao que nos parece ser a função desempenhada pelas indicações categoriais: *revelar* (*deloûn*) o tipo de ente que um (certo) isto é⁴⁶.

Assim, quando se diz, por exemplo, que Sócrates é homem, não se está *afirmando* “homem” de Sócrates, mas sim indicando que um certo isto, Sócrates, é uma substância e não simplesmente uma figura, que é uma qualidade. Caso um falante esteja em presença de uma coisa, ele tem percepção dela, ou seja, está em face de uma qualidade ou uma quantidade, um isto⁴⁷. Não sendo possível perceber por si uma substância, ela é, nesse sentido, *um certo* isto, uma espécie de isto, por não se reduzir às qualidades e quantidades que exhibe. Ora, antes dessa determinação, não se poderia tomar Sócrates como sujeito de uma predicação, passível de ser verdadeira ou falsa. Com efeito, no exemplo supracitado, Sócrates poderia ser simplesmente uma qualidade, pois seria possível estar diante de uma estátua, um simulacro de homem⁴⁸. Perante algo, não sabendo exatamente em que consiste, perguntamos: o que é isto? Sabendo que isto é uma substância, torna-se possível fazer uma predicação. Pois que em ‘Sócrates é

⁴⁶ Cf. ocorrências do verbo ‘revelar’, *delô*, em *Cat.* 5, 2b₃₁, 3b₁₂; 8, 10a₂₀.

⁴⁷ Veloso [2000], p. 170-171.

⁴⁸ Veloso [2000] (p. 172), baseado em *Poética* 1, particularmente em 1447a₁₈₋₁₉, alega que “os meios de imitação em si não são artefatos, mas qualidades ou quantidades”.

saudável’, sendo Sócrates um homem, o fato de ele ser um homem já está pressuposto por quem faz tal predicação.

O exposto enquanto tal, cuja indeterminação motiva a pergunta ‘o que é?’, é, em primeiro lugar, *percebido*. Através da percepção jamais alcançamos *o que é* algo, a não ser por concomitância (*katà symbebekós*)⁴⁹. À vista disso, a *determinação*, expressa por *horisménos*, só pode ser de ordem inteligível. O que abre a possibilidade de se aproximar as categorias, ou melhor, os gêneros e as espécies dos entes classificados por elas, dos inteligíveis indivisos de que nos fala o Estagirita em *De an.* III 6, 430a₂₆ (*hē tōn adiairéton nóesis*)⁵⁰, que, por não envolverem composição, não são verdadeiros nem falsos. É curioso observar ainda que Aristóteles assemelha a percepção ao “simples enunciar” (*De an.* III 7, 431a₈: *phánai mónon*): assim como há perceptíveis próprios acerca dos quais não há engano possível⁵¹, haveria, analogamente, no intelecto inteligíveis “próprios”, cuja apreensão, tendo ocorrido, seria inequívoca. Em *Metafísica* IX 10, 1051b₂₄₋₂₅, o Estagirita menciona, com efeito, incompostos (1051b₁₇: *asyntheta*), para os quais, o verdadeiro é o tocar e o enunciar (*tò thigéin kai phánai*). Curiosamente, Aristóteles alega, ainda nesse trecho, que afirmação e enunciação (*katáphasis kai phásis*) não são a mesma coisa. Destarte, as ocorrências da família do verbo *phēmi* (‘enunciar’)⁵² parecem corroborar tanto a ideia de que as coisas ditas sem conexão são proferidas sem que esse enunciado constitua uma asserção, como suas consequências.

Ademais, no segundo capítulo do quarto livro da *Metafísica*, mais precisamente em 1003a₃₃₋₃₄, Aristóteles afirma que “o ente é dito de muitas maneiras, mas em relação a algo uno e a uma única natureza” (*pròs hén kai mían tinà phýsin*). Em outras palavras, “ente” não é um termo unívoco, podendo designar cada uma das categorias, embora todos os seus usos possam estar conectados por afiliação a um uso central. O Estagirita exemplifica sua tese por meio de “saudável”. Tudo que é dito ‘saudável’ o é em relação à saúde (*pròs hygieian*). Dizemos ser *saudável* um homem, por possuir saúde; uma comida, por produzi-la; uma atividade física, por

⁴⁹ Cf. *De an.* II 6.

⁵⁰ Agradecemos ao Prof. Fernando Rey Puente a sugestão dessa ideia.

⁵¹ Cf. *De an.* II 6, 418a₁₁₋₁₆.

⁵² *Phánai* (‘enunciar’) é o infinitivo aoristo da voz ativa; em *Tópicos* I 9 supracitado, *phēi* (‘enuncia’), conjugação da 3ª pessoa do singular, no presente do subjuntivo da voz ativa; e *phásis* (‘enunciação’), substantivo abstrato formado a partir do verbo.

ajudar a preservá-la; etc. Por isso, não se pode saber o que é ser saudável para cada uma dessas coisas, a não ser pela referência à saúde. Essa referência à acepção primária de um termo, Owen [1960] (p. 180) a denominou “sentido focal” (*focal meaning*) de uma expressão. Atente-se para o fato de essa referência ser mediada pela preposição *prós*. Seria improcedente julgar que *prós* tem, nesse contexto, o sentido de *relação* (i.e. a categoria)? Nada parece contradizer tal possibilidade. Aristóteles reconhece em “ente” (*tò ón*) uma polissemia cujo sentido primeiro é o da substância (1003b₉: *pròs tèn ousían*). Isso significa, na perspectiva de Owen [1960] (p. 190), que:

sentenças sobre não substâncias podem ser reduzidas – traduzidas – a sentenças sobre substâncias; e parece ser um corolário desta teoria que não substâncias não podem ter matéria ou forma próprias, dado que elas não são mais do que sombras lógicas da substância.

Por conseguinte, apesar de a qualidade enquanto tal, por exemplo, não ser um relativo, é impossível para qualquer qualidade não sê-lo *de uma substância*. Ora, era exatamente isso o que foi definido como sendo um relativo (*prós ti*)⁵³. Poder-se-ia objetar que tal caracterização aproxima-se perigosamente de um filosofema platônico que discrimina os entes *por si mesmos* dos que são *relativos a outras coisas* (*Sofista*, 255c₁₂₋₁₃: *tà mèn autà kath'hautá, tà dè pròs álla*). Mas não é disso que se trata. De fato, o reconhecimento da relação como aquilo que articula os múltiplos modos de existir entre si vem complementar a ontologia da substância através de uma ontologia relacional, sem que isso implique, porém, a ruína da distinção primacial entre substância e entes não substanciais, e a primazia ontológica da *ousía* sobre os demais entes. Não à toa, o próprio Estagirita declara, em *Metafísica* XIV 1, 1088a₂₉-b₁, que os relativos são, entre todos os entes, aqueles menos substanciais, que têm menos ser, porque uma coisa pode ser dita ‘menor’, ‘maior’ ou ‘igual’ sem sofrer mudança, em função daquilo com que é comparada. Ademais, diversamente de Platão, Aristóteles jamais se compromete com o vocabulário conceitual da participação (*méthexis*) em sua ontologia.

À guisa de conclusão, consideramos que, além de ter clareado um pouco mais a própria noção de categoria nas *Categorias*, esse percurso abre um horizonte de pesquisa pertinente a aspectos bastante obscuros da teoria aristotélica das categorias, tais como: de que modo as

⁵³ Cf. *Cat.* 7, 8a₃₁₋₃₂.

categorias são concebidas e como se relacionam com o intelecto? Quais seriam os desdobramentos dessa leitura para a polissemia do “bom” (*agathón*), tal como apresentada na *Ética Nicomaqueia* (*EN* I 4, 1096a₂₃₋₂₆)? Eis possibilidades de investigação que pretendemos desenvolver oportunamente.

BIBLIOGRAFIA

ACKRILL, John L. [1963]. (translated with notes by) *Aristotle's Categories and De Interpretatione*. Oxford: Clarendon Press

ANGIONI, Lucas [2006]. *Introdução à teoria da predicação em Aristóteles*. Campinas: Ed. Unicamp

ANTON, John P. [1992]. "On the meaning of *kategoria* in Aristotle's *Categories*", em Preus, A. & Anton, J. (eds.) *Essays in Ancient Greek Philosophy: Aristotle's Ontology*. Vol. V. Albany: State University of New York Press. p. 3-18

ARMSTRONG, Arthur Hilary [1988]. (with an English translation by) *Plotinus. Enneads VI 1-5*. Vol. VI. Cambridge: Harvard University Press

BEKKER, Immanuel [1831-1870]. (ed.) *Aristotelis Opera*. Berlin: Georg Reimer

BENVENISTE, Émile [1966]. "Categorias de pensamento e categorias de língua", em *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas: Pontes, 1991. p. 68-80

BODÉÜS, Richard [2001]. (texte établi et traduit par) *Aristote. [Catégories]*. Paris: Les Belles Lettres

BONITZ, Hermann [1870]. *Index Aristotelicus*. Graz: Akademische Druck, Verlagsanstalt, 1955

BRAKAS, George [1988]. *Aristotle's Concept of the Universal*. Hildesheim: Georg Olms Verlag

BRENTANO, Franz [1862]. *On the several senses of being in Aristotle*. Trans. by Rolf George. Berkeley: University of California Press, 1975

BRUNSCHWIG, Jacques [1967]. (texte établi et traduit par) *Aristote. Topiques. Livres I-IV*. Tome I. Paris: Les Belles Lettres

BURNET, J. [1900]. (ed.) *Sophista*, em *Platonis Opera*. Vol. 1. Oxford: Clarendon Press, 1967

BUSSE, A. [1887]. (ed.) *Porphyrii in Aristotelis categorias expositio per interrogationem et responsionem*, em Hayduck, M. [1882-1907]. (dir.) *Commentaria in Aristotelem Graeca IV 1*. Berlin: Reimer. p. 55-142

CORNFORD, Francis M. [1935]. (translated with a running commentary by) *Plato's Theory of Knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul

DE RIJK, Lambertus Marie [2002]. *Aristotle: semantics and ontology. Volume I: General introduction. The works on logic*. Leiden: Brill Academic Publishers

ILDEFONSE, Frédérique & LALLOT, Jean [2002]. (présentation, traduction et commentaires de) *Aristote. Catégories*. Paris: Éditions du Seuil

MATA, José Veríssimo Teixeira da [2004]. (tradução do grego, introdução e notas de) *Aristóteles. Categorias*. Goiânia: Ed. UFG, Alternativa

MORALES, F. [1994]. “Relational attributes in Aristotle”, *Phronesis* 39, p. 255-274

OWEN, G.E.L. [1960]. “Lógica e metafísica em algumas obras iniciais de Aristóteles”, em Zingano, M. (coord.) *Sobre a Metafísica de Aristóteles: textos selecionados*. São Paulo: Odysseus Editora, 2005. p. 177-204

REIS, Maria Cecília Gomes dos [2006]. (apresentação, tradução e notas de) *Aristóteles. De anima*. São Paulo: Ed. 34

ROHR, M.D. [1978]. “Aristotle on the Transitivity of being said of”, *Journal of the History of Philosophy* 16, p. 379-385

ROSS, William D. [1924]. *Aristotle’s Metaphysics. A Revised Text with Introduction and Commentary*. 2nd ed. Oxford: Clarendon Press, 1953

STRANGE, S.K. [1992]. (translated by) *Porphyry. On Aristotle’s Categories*. London: Duckworth

VELOSO, Cláudio W. [2004]. *Aristóteles mimético*. São Paulo: Discurso Editorial

VELOSO, Cláudio W. [2000]. “A propósito da tradução de *tóde ti* em Aristóteles”, *Kritérion* 102, p. 165-177

WEDIN, Michael V. [2003]. *Aristotle’s Theory of Substance: The Categories and Metaphysics Zeta*. New York: Oxford University Press

ZINGANO, Marco [2007]. “Amizade, unidade focal e semelhança”, em *Estudos de ética antiga*. São Paulo: Discurso Editorial. p. 463-483